



MP pede multa por maus-tratos

Órgão defende que procuradora passe por tratamento psicológico

ADRIANA CRUZ
adrianacruz@odianet.com.br

MARIA INEZ MAGALHÃES
minez@odianet.com.br

O Ministério Público Estadual entrou com representação cível contra a procuradora aposentada Vera Lúcia Sant'Anna Gomes pedindo que ela pague multa por descumprimento dos deveres de tutela ou guarda, como prevê o Artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela é investigada por agressão a T., de 2 anos e 10 meses, sua filha adotiva.

O pedido foi feito pelas promotoras da Infância e Juventude da Capital. A ação solicita ainda que a procuradora seja encaminhada a tratamento psicológico ou psiquiátrico, medidas previstas no estatuto para pais ou responsáveis. As promotorias pretendem também ingressar com ação de danos morais contra Vera Lúcia pelas humilhações e ofensas a que a criança foi submetida enquanto estava sob a sua guarda.

POLÍCIA AGUARDA LAUDO

Informações complementares sobre o laudo de corpo de delito de T., que teria sido espancada pela mãe adotiva, serão fundamentais para a polícia decidir se vai indiciar a procuradora por tortura. O crime, por enquanto, está registrado como maus-tratos.

PUNICÃO

10 ANOS

É a pena máxima de prisão a que a procuradora pode ser condenada se comprovado o crime de tortura. Se for enquadrada como maus-tratos, pena cai para até 4 anos

A delegada titular da 13ª DP (Copacabana), Monique Vidal, encaminhou ofício ao Instituto Médico-Legal (IML) pedindo mais detalhes sobre as agressões sofridas pela menina. "Queremos saber se os ferimentos são do mesmo período ou de épocas diferentes e outros detalhes que são importantes para a investigação. Es-

sas informações vão dizer se os ferimentos indicam ou não tortura", explicou Monique.

Policiais da 13ª DP ouviram ontem mais três pessoas sobre o caso, duas delas em Paty do Alferes, Sul do estado, e uma na delegacia. Até agora, foram tomados seis depoimentos, a maioria de ex-empregados da procuradora que confirmaram as agressões. O de Vera Lúcia está marcado para hoje às 15h.

Já a menina T. deverá ser ouvida pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima, que está dando apoio às investigações da 13ª DP. Monique Vidal pedirá a especializada para ouvir a criança na unidade, que conta com uma equipe de psicólogos que auxiliam os policiais durante os interrogatórios.

CÂMARA RECEBEU 31 DENÚNCIAS

■ De janeiro a 11 de abril, a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal recebeu 31 denúncias de maus-tratos. Do total, dez foram de casos de espancamento. Ano passado, a comissão recebeu 59 denúncias: 18 de espancamento e quatro de abuso sexual.

Presidente da comissão, a vereadora Lilliam Sá ressalta que o crime ainda é subnotificado. "A Delegacia de Criança Vítima (DCAV) funciona de segun-

da a sexta, das 8h às 18h, e só existe uma no estado", diz ela. Denúncias para a comissão podem ser no 0800-2829-996.

Maus-tratos também são os casos mais comuns denunciados este ano à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. De janeiro a março, foram recebidas 2.622 denúncias. Os dados da secretaria dos últimos três anos apontam queda nas queixas de espancamento, mas registraram aumento do abuso sexual.